

12.maio.2021 – 10H00

**RELATÓRIO DA AUDIÇÃO PÚBLICA –
*Os desafios da educação inclusiva no ensino superior***

O Presidente da Comissão, Deputado Firmino Marques, deu as boas vindas aos participantes e transmitiu informações sobre a concretização do programa da audição.

O Coordenador do Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva (GT EI, que promoveu a audição), Deputado António Cunha, realçou a importância da educação inclusiva e referiu que o [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), se aplica à educação pré-escolar e ao ensino básico e secundário e o Grupo de Trabalho decidiu estender a análise ao ensino superior, tendo pedido informações sobre a matéria às instituições (as respostas estão disponíveis na [página da Comissão](#)) e fazendo depois a respetiva audição.

Os participantes no debate (responsáveis de instituições de ensino superior e de associações académicas, identificados na [página da Comissão](#)) referiram depois o seguinte, em síntese:

1. O [relatório final do Grupo de Trabalho para as Necessidades Especiais na Ciência, Tecnologia e Ensino Superior](#) (GT-NECTES), de 2017, incluía 67 propostas e nenhuma foi implementada;
2. Há necessidade de legislação específica e de orientações;
3. Há necessidade de dar continuação ao [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), para haver transição de informação em relação aos alunos que vão para o ensino superior e a mesma ser disponibilizada às instituições mais cedo;
4. As instituições de ensino superior ainda não estão preparadas para receberem alunos com necessidades educativas especiais, havendo necessidade de mais recursos humanos, nomeadamente, terapeutas e intérpretes de língua gestual;
5. Há necessidade de acompanhamento da inclusão a nível do mercado de trabalho;
6. Existe pouca informação sobre as incapacidades de nível inferior a 60%, o que não permite uma correta alocação de recursos;
7. Não há informação atempada sobre os alunos com necessidades educativas especiais e os apoios necessários;
8. Há muitas instituições com edifícios que têm barreiras arquitetónicas;
9. Pedem a criação de um fundo de apoio para dotar as instituições dos recursos necessários;
10. Há instituições que têm gabinetes específicos para apoio a estes alunos e outras não;

11. Há necessidade de meios de ensino específicos;
12. Os docentes precisam de formação para lecionarem aos alunos com necessidades educativas especiais;
13. O pessoal não docente precisa de formação para disponibilizar o apoio adequado a estes alunos;
14. Há especificidades na acessibilidade à habitação por parte destes alunos e há um reduzido número de camas disponibilizadas, pedindo que o plano nacional para alojamento consagre quartos para estes estudantes;
15. As instituições têm de criar condições a nível da socialização destes alunos;
16. É preciso passar para uma cultura de ensino superior inclusivo;
17. Registam várias dificuldades, a saber, o desconhecimento da situação dos alunos no início do ano, a diversidade de situações, as especificidades a nível pedagógico e de formação permanente dos docentes;
18. Pedem um financiamento dedicado e propõem estruturas de apoio integradas, partilhadas e colaborativas, com bancos de materiais de apoio, realçando ainda que cada caso é específico e que estão em causa custos elevados;
19. O representante do Instituto Politécnico de Leiria deu conta das várias medidas e projetos que desenvolvem para a inclusão dos alunos com necessidades específicas (atualmente cerca de 200 alunos), nomeadamente o Projeto 100% in[®], Projeto de Inovação Social para a Inclusão Integral de Estudantes com Necessidades Específicas, com uma linha de financiamento durante 3 anos e com a participação de 12 investidores, parceiros da sociedade civil, que inclui medidas no âmbito da atividade académica dos alunos e na ligação ao mercado de trabalho (o documento desenvolvido está disponível na audição);
20. Os estudantes tentam optar por instituições que tenham acessibilidades para eles, mais do que pelos cursos que querem;
21. Defendem que todas as instituições devem disponibilizar condições para estes alunos;
22. Indicaram, como exemplo, que durante o período do ensino à distância, um aluno surdo que estava em casa e não conseguia ouvir as aulas através da plataforma *zoom*, teve de pagar a um intérprete;
23. Há necessidade de fazer campanhas de sensibilização e divulgação, para aceitação das pessoas com deficiências, de saber fazer, de adotar métodos avaliativos específicos, de dotar as infraestruturas de acessibilidade e disponibilizar materiais, divulgar as necessidades educativas específicas e o tipo de deficiências, atribuir um fundo de apoio específico, adotar planos de estudo específicos (como acontece na Islândia);
24. O acompanhamento a estes alunos exige gabinetes de apoio e um ensino de proximidade, pelos professores e a nível de socialização (tendo os representantes de algumas instituições concretizado as medidas que adotam nesse âmbito), as respostas no caso de mobilidade

reduzida envolvem equipamentos caros e há necessidade de apoio público (mesmo para as instituições de ensino privadas);

25. Há dificuldades nos estágios destes alunos e na sua integração no mercado de trabalho;
26. O processo de Bolonha aumenta as dificuldades dos alunos com necessidades específicas, dado que não tem em conta as necessidades de adaptação dos estudantes;
27. Falta apoio psicológico generalizado a estes alunos;
28. Os entraves económicos levam à exclusão dos alunos;
29. A representante da Coordenação do Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDES, formalizado em julho de 2004, que integra membros responsáveis pela coordenação dos Serviços de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Específicas, sediados em mais de uma centena de Instituições do Ensino Superior) referiu, em síntese, que a atribuição de um contingente específico para acesso destes alunos ao ensino superior não é suficiente, há necessidade de legislação que dê um corpo comum para as instituições, propõem que seja criada uma comissão para equacionar a matéria, que integre pessoas do ensino secundário e do superior, há necessidade de fazer ligação com as famílias, para explicar os direitos dos alunos com necessidades específicas, pedem a atribuição de um montante específico para a acessibilidade e para medidas de integração, bem como a formação dos professores, propõem o reconhecimento das instituições com boas práticas e realçam a necessidade de assegurar a vida independente dos estudantes, a ligação ao mercado de trabalho, bem como mais investigação sobre os alunos com necessidades educativas específicas, com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (o documento com os desafios que identificam está disponível na página da audição).

Intervieram depois os membros do Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva representantes dos vários Grupos Parlamentares, Deputados Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD) e Alexandra Vieira (BE), que expressaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares sobre a matéria. Os restantes Grupos Parlamentares não puderam participar, por dificuldades de agenda.

A gravação da audição e os contributos recebidos (nomeadamente com as medidas e práticas adotadas nas respetivas instituições e o balanço que fazem) estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2021,

A assessora

Teresa Fernandes